

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GHELERE TRANSPORTES LTDA.

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados colaboradores, clientes, parceiros e credores,

O exercício de 2025 representou um capítulo de transição estratégica na trajetória da Ghelere Transportes. Em um ano marcado por intensos movimentos de expansão geográfica, renovação de frota e estreia no mercado de capitais, consolidamos as bases que sustentarão nosso crescimento nos próximos anos.

Crescemos 16% em receita líquida, encerramos o exercício com EBITDA de R\$ 56,2 milhões, reduzimos nosso endividamento líquido em 9,16% e melhoramos nossa estrutura de capital para 52% de capital próprio. Mais do que números, esses resultados refletem a disciplina, a resiliência e o comprometimento de toda a nossa equipe de aproximadamente 765 colaboradores.

Olhamos para 2026 com confiança e ambição. A incorporação da Brilhante Transportes, anunciada em janeiro de 2026, marca o início de uma nova fase: a de uma empresa com faturamento consolidado projetado superior a R\$ 500 milhões, frota superior a 600 veículos e presença em mais de dez filiais no Brasil – em rota para o faturamento de R\$ 1 bilhão.

A Administração

Cascavel – PR, 30 de março de 2026.

2. DESEMPENHO FINANCEIRO 2025

O exercício de 2025 foi marcado por crescimento consistente de receita, controle de custos administrativos e redução do endividamento, mesmo diante de um ciclo intenso de investimentos e da abertura de nova filial. Os principais indicadores são apresentados a seguir.

2.1 Receita Líquida

A receita líquida cresceu 16,0% no exercício, passando de R\$ 246,2 milhões em 2024 para R\$ 285,6 milhões em 2025. Esse crescimento reflete a capacidade da Empresa de ampliar contratos, expandir geograficamente e aumentar o volume transportado, mesmo em ano de significativas transformações operacionais.

2.2 EBITDA e Margem

Indicador	2024	2025	Variação
Receita Líquida (R\$ milhões)	246,2	285,6	+16,0%
EBITDA (R\$ milhões)	64,8	56,2	-13,3%
Margem EBITDA	26,2%	19,7%	-6,5 p.p.
Lucro Líquido (R\$ milhões)	44,2	22,3	-49,6%
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	149,7	161,0	+7,6%

A redução do EBITDA de R\$ 64,8 milhões para R\$ 56,2 milhões é explicada por três vetores não recorrentes: (i) custos de implantação e ramp-up da filial de Jundiaí/SP, que atingiu plena performance somente em outubro de 2025; (ii) incremento das despesas financeiras decorrente do ciclo de aquisição de ativos; e (iii) expansão do quadro de colaboradores nas novas operações.

É relevante destacar que, no último trimestre de 2025, a margem EBITDA retomou patamares acima de 22%, evidenciando a superação dos efeitos não recorrentes e a robustez da estrutura operacional.

2.3 Despesas Gerais e Administrativas (SG&A)

As despesas SG&A representaram 12,21% da receita líquida em 2025, recuando de 15,05% em 2024 – uma melhora de 2,84 pontos percentuais. Essa evolução confirma a diluição das despesas fixas sobre base de receita crescente e a disciplina na gestão de custos, com meta de redução para abaixo de 11% nos próximos exercícios.

2.4 Endividamento e Estrutura de Capital

Indicador	2024	2025
Dívida Líquida (R\$ milhões)	119,8	108,8
Variação da Dívida Líquida	+71,25%	-9,16%
Dívida Líquida / EBITDA	1,70x	1,93x
Endividamento Relativo (PT/PL)	1,08x	0,91x
Patrimônio Líquido / Ativo Total	47,96%	52,14%

A dívida líquida recuou 9,16%, de R\$ 119,8 milhões para R\$ 108,8 milhões, demonstrando geração de caixa operacional suficiente para honrar compromissos financeiros e sustentar o crescimento. O índice Dívida Líquida/EBITDA de 1,93x, embora superior ao de 2024, permanece confortavelmente abaixo do limite prudencial de 2,5x estabelecido na Política Financeira da Empresa.

A estrutura de capital encerrou 2025 com 52,14% de capital próprio – bem acima do covenant mínimo de 20% – evidenciando solidez patrimonial e ausência de risco de vencimento antecipado.

2.5 Indicadores Operacionais de Eficiência

Indicador	2024	2025
Prazo Médio de Recebimento (PMR)	68 dias	51 dias
Giro do Ativo	0,79x	0,93x
Liquidez Corrente	–	0,61
Liquidez Geral	–	2,09

O PMR recuou 17 dias (-25%), reflexo da eficiência crescente da área de crédito e cobrança e da qualidade da carteira de clientes. O giro do ativo passou de 0,79 para 0,93, confirmando a progressiva monetização dos ativos adquiridos nos exercícios anteriores.

2.6 Despesas Financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$ 18,8 milhões em 2025 (2024: R\$ 13,4 milhões), impactadas pelo ciclo de aquisição de ativos e pelo ambiente de taxas de juros elevadas no Brasil. O índice de cobertura EBITDA/Despesa Financeira foi de 2,99x em 2025, demonstrando que a geração operacional é suficiente para cobrir os encargos financeiros.

A Administração já iniciou gestões junto às instituições financeiras para renegociação e alongamento do perfil da dívida, com perspectiva de melhora substancial desse indicador em 2026.

2. INVESTIMENTOS EM 2025

Em complemento ao ciclo de investimentos iniciado nos exercícios anteriores, a Ghelere adquiriu 82 ativos em 2025 – 42 veículos e 40 carretas –, representando investimento aproximado de R\$ 30 milhões.

Composição da Frota Adquirida

- 28 veículos Scania Super R420 A6X2 Euro 6 + 2 veículos Scania Super R460 A6X2 Euro 6 – tecnologia com até 8% de economia de combustível;
- 5 veículos DAF XF Euro 6 – até 8% de economia de combustível com Controle de Cruzeiro Preditivo;
- 5 veículos Volkswagen VW/28.480 MTM 6X2 Meteor Highline – transmissão automatizada V-Tronic e conectividade via plataforma RIO;
- 2 veículos Mercedes-Benz Atego Euro 6 + 2 veículos Actros 2553 Euro 6 – tecnologia BlueTec 6 de redução de emissões;
- 40 Carretas Facchini.

O financiamento dessas aquisições foi realizado com taxa ponderada equivalente a 16,04% ao ano (10,58% ao ano líquido, considerando o benefício tributário), demonstrando a capacidade da Empresa de acessar linhas de crédito em condições competitivas. A estratégia de manter a idade média da frota em torno de 3 anos preserva a eficiência operacional e reduz os custos de manutenção.

3. ESTREIA NO MERCADO DE CAPITAIS

O exercício de 2025 marcou um momento histórico para a Ghelere Transportes: a realização de sua primeira operação no mercado de capitais, com a emissão de Notas Comerciais Escriturais junto a investidores profissionais, coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A.

Característica	Condições
Instrumento	Notas Comerciais Escriturais – 1ª Emissão
Valor Total	R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)
Data de Emissão	26 de outubro de 2025
Data de Vencimento	26 de outubro de 2030 (5 anos)
Remuneração	CDI + 2,20% a.a. (base 252 dias úteis)
Amortização do Principal	Mensal, a partir de maio/2026 (7º mês)
Coordenador Líder	Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.
Agente Fiduciário	Vórtx Distribuidora de TVM Ltda.
Registro	CVM – Rito Automático (Resolução CVM 160)
Garantias	Aval solidário dos sócios controladores

Além de diversificar as fontes de captação, a operação resultou na redução do Fator de Ponderação de Risco (FPR) da Empresa de 100% para 65% junto às instituições financeiras credoras – benefício que se estima representar economia anual de R\$ 330 mil a R\$ 870 mil em encargos financeiros, a se materializar progressivamente ao longo de 2026.

Essa estreia no mercado de capitais é o primeiro passo concreto de uma jornada planejada rumo à abertura de capital (IPO). O Contrato de Distribuição confere ao Itaú BBA o direito de preferência para coordenar as próximas emissões da Empresa, incluindo Debêntures, CRI, CRA, FIDC e eventual IPO.

4. EXPANSÃO GEOGRÁFICA E NOVOS NEGÓCIOS

6.1 Filial Jundiaí (SP)

Em 2025, foi consolidada a filial de Jundiaí/SP, aberta provisoriamente em 2024, atendendo grandes indústrias do interior paulista. A operação atingiu plena performance a partir de outubro de 2025. Os custos de implantação e ramp-up, que pressionaram temporariamente as margens no primeiro semestre, devem ser compreendidos como investimentos que posicionam a Empresa para capturar receitas crescentes e recorrentes a partir de 2026.

6.2 Nova Operação em Ponta Grossa (PR)

Encontra-se em fase de implantação uma expansão significativa da operação no polo logístico de Ponta Grossa/PR, com contrato já assinado e início previsto para julho de 2026. A operação projeta faturamento mensal estimado de R\$ 5 milhões com margens atrativas, representando nova camada de receita recorrente.

6.3 Internacionalização

Em alinhamento com a visão de expansão no Mercosul, a Empresa avança em sua estratégia de internacionalização, com planejamento de unidade em Assunción – Paraguai. Esse movimento está alinhado ao propósito de transformar a logística no interior do país e levar os padrões de eficiência e segurança da Ghelere além das fronteiras nacionais.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

7.1 Incorporação da Brilhante Transportes

Em janeiro de 2026, a Ghelere Transportes efetivou a incorporação da Brilhante Transportes, empresa especializada no transporte de cargas refrigeradas, com matriz em Foz do Iguaçu/PR e 20 anos de atuação no mercado. A Brilhante encerrou 2025 com faturamento aproximado de R\$ 130 milhões, atuando com grandes embarcadores globais e nacionais.

A formalização da operação está prevista para 1º de abril de 2026. A operação combinada projeta:

- Faturamento superior a R\$ 500 milhões no primeiro exercício consolidado;
- Frota superior a 600 veículos, distribuídos em mais de dez filiais no Brasil;
- Diversificação da matriz de receitas com a entrada no segmento refrigerado (proteínas e alimentos);
- Redução da dependência do segmento de bebidas;
- Consolidação da posição da Ghelere como um dos principais players logísticos do Sul do Brasil.

A integração será conduzida de forma gradual, preservando as equipes, processos e identidade operacional da Brilhante, incorporando as melhores práticas de tecnologia, segurança e sustentabilidade da Ghelere.

7.2 Reorganização Societária

Em decorrência da incorporação, a Empresa passará por reorganização societária em abril de 2026, com a entrada da holding B.J. Sartori Participações Societárias Ltda. com 15% do capital social, mediante redução proporcional das participações das demais sócias:

Sócia	Participação Atual	Participação Pós-Incorporação
EAGH Administração de Bens e Participações Societárias Ltda.	23,00%	19,55%
JDGH Administração de Bens e Participações Societárias Ltda.	17,00%	14,45%
VAGHE Participações Societárias Ltda.	30,00%	25,50%
MLD Holding de Participações Ltda.	30,00%	25,50%
B.J. Sartori Participações Societárias Ltda.	—	15,00%
Total	100,00%	100,00%

7.3 Revisão da Política Financeira

No primeiro trimestre de 2026, foi revisada a Política Financeira da Empresa, com os seguintes limites prudenciais:

Natureza	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Dívida / EBITDA	Máximo de 300%	Atingimento de 275%
Fluxo de Despesas / Receitas	Superior em até 7,5% em 12 meses	Superior em até 10% em 12 meses
Obrigações de Curto Prazo	Máximo de 65% da dívida total	Máximo de 62,5% da dívida total

6. PERSPECTIVAS 2026-2027

A Ghelere Transportes ingressa em 2026 em posição de força: receita crescente, margens em recuperação, endividamento declinante, carteira de clientes expandida e um ativo estratégico recém-incorporado. Os principais vetores de crescimento para o biênio são:

Vetor	Detalhamento	Impacto Esperado
Jundiaí (SP)	Operação em plena performance desde out/2025	Contribuição integral em 2026
Ponta Grossa (PR)	Início previsto para jul/2026	R\$ 5 MM/mês estimados
Brilhante Transportes	Integração gradual ao longo de 2026	R\$ 150 MM de faturamento adicional
Internacionalização	Expansão Mercosul – unidade em Assunción/PY	Diversificação geográfica
Custo Financeiro	Reestruturação e alongamento da dívida	Melhora do resultado líquido
Mercado de Capitais	Emissões subsequentes (Debêntures, FIDC, IPO)	Redução do custo de capital

Com esse conjunto de iniciativas, a Administração projeta:

- Faturamento bruto superior a R\$ 500 milhões em 2026, com crescimento orgânico acima de 10%;
- Retomada plena da margem EBITDA acima de 22%;
- Lucro líquido em trajetória de crescimento;
- Faturamento de R\$ 1 bilhão em um horizonte de 4 a 5 anos.

Para 2026, o plano de investimentos prevê a aquisição de 90 veículos e 40 implementos, além de projetos de infraestrutura nas bases de Maringá e Ponta Grossa – com recursos viabilizados pela solidez patrimonial e pelo acesso ampliado ao mercado de capitais.

7. GESTÃO DE RISCOS

A Administração monitora continuamente os principais fatores de risco que podem impactar os resultados da Empresa:

- Risco de taxa de juros: a Empresa possui dívida indexada a taxas variáveis (CDI e TJLP). O ambiente de juros elevados no Brasil impactou as despesas financeiras em 2025. A reestruturação da dívida planejada para 2026 visa mitigar esse risco;

- Risco de variação do preço do combustível: o diesel representa custo relevante da operação. A Empresa mitiga esse risco via contratos com cláusulas de repasse e aquisição de veículos de alta eficiência energética;
- Risco operacional e de segurança viária: gerenciado pela certificação ISO 39001, com meta de zero acidentes fatais;
- Risco de concentração de clientes: a expansão para novos segmentos (frigorificado via Brilhante) e novas regiões reduz progressivamente essa concentração;
- Risco de liquidez: a Liquidez Corrente de 0,61 reflete a estratégia de financiamento de ativos com prazos de 36 meses. A reestruturação do perfil da dívida em curso visa normalizar esse indicador. A Liquidez Geral de 2,09 evidencia a capacidade de honrar obrigações no longo prazo.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E GOVERNANÇA

A Ghelere Transportes reforça seu compromisso com práticas ESG por meio de iniciativas concretas:

- Renovação contínua da frota com veículos Euro 6, reduzindo emissões de CO₂ e aumentando a eficiência energética;
- Certificação ISO 39001 – sistema de gestão focado na segurança viária, com objetivo de zero acidentes fatais;
- Participação no programa "Na Mão Certa" – combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias;
- Participação no "Laço Amarelo" – promoção da segurança no trânsito;
- Participação no "Movimento A Voz Delas" – valorização e inclusão da mulher no transporte rodoviário;
- Adesão voluntária às obrigações de transparência e governança decorrentes da emissão de Notas Comerciais registradas na CVM.

A estreia no mercado de capitais em 2025 elevou o padrão de governança corporativa da Empresa, com obrigações formais de divulgação de fatos relevantes, conformidade com legislação socioambiental e anticorrupção e reporte periódico ao agente fiduciário.

A Administração agradece a confiança de clientes, colaboradores, parceiros comerciais e credores, que tornaram possível mais um exercício de crescimento e consolidação. Seguimos comprometidos com a entrega de excelência operacional, inovação contínua e criação de valor sustentável para todos os nossos stakeholders.

Cascavel – PR, 30 de março de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria e Conselho de Diretoria da
Ghelere Transportes Ltda.
Cascavel - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Ghelere Transportes Ltda. (“Empresa”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ghelere Transportes Ltda.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Julgamos que não existem principais assuntos de auditoria a serem reportados em nosso relatório.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 30 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9


Josnei Francisco Dagort
Contador CRC 1 PR 054116/O-8

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	956	746
Contas a receber de clientes e outros créditos	9	40.579	46.613
Estoques		794	672
Impostos a recuperar	10	11.324	17.542
Adiantamentos a terceiros		3.254	1.361
Despesas antecipadas		1.181	1.142
		58.088	68.076
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	21.733	7.687
Depósitos judiciais		2.221	2.098
Direito de uso	11	3.021	3.529
Imobilizado	12	238.330	230.686
		265.305	244.000
Total do ativo		323.393	312.076

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	10.856	12.902
Empréstimos e financiamentos	14	57.920	53.307
Obrigações sociais e trabalhistas	15	9.259	7.277
Obrigações tributárias	16	5.103	4.638
Adiantamentos de clientes		2.585	2.844
Dividendos e JCP a pagar	20	4.662	7.150
Arrendamentos a pagar	13	501	474
Total do passivo circulante		90.886	88.592
Não Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	171	193
Empréstimos e financiamentos	14	47.378	68.239
Obrigações tributárias	16	16.616	2.183
Contingências		-	509
Arrendamentos a pagar	13	2.162	2.697
Total do passivo não circulante		66.327	73.821
Patrimônio líquido	17		
Capital social		34.000	34.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		112.324	-
Reserva de Lucros		19.856	115.663
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		166.180	149.663
Total do passivo e patrimônio líquido		323.393	312.076

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	18	285.592	246.219
(-) Custo dos serviços prestados	19	<u>(224.632)</u>	<u>(180.801)</u>
Lucro bruto		60.960	65.418
Despesas gerais e administrativas	20	(34.952)	(37.064)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	<u>18.450</u>	<u>22.810</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(16.502)	(14.254)
Receitas financeiras	22	1.485	2.936
(-) Despesas financeiras	22, 23 e 24	<u>(18.776)</u>	<u>(13.429)</u>
Resultado financeiro líquido		(17.291)	(10.493)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		27.167	40.671
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	16	289	3.480
Lucro líquido do exercício		27.456	44.151

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	27.456	44.151
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>27.456</u>	<u>44.151</u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Reservas de incentivos fiscais	Reservas de lucro	Lucros do exercício	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.000	-	10.181	74.369	-	118.550
Resultado do exercício	-	-	-	-	44.150	44.150
Destinação						
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(13.037)	(13.037)
Constituição de reserva de inventivos fiscais	-	-	-	31.113	(31.113)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	34.000	-	10.181	105.482	-	149.663
Resultado do exercício	-	-	-	-	27.456	27.456
Destinação						
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	112.324	-	(112.324)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(10.937)	(10.937)
Constituição de reserva de inventivos fiscais	-	-	-	16.519	(16.519)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	34.000	112.324	10.181	9.677	-	166.182

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

<i>(Em milhares de reais)</i>	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	27.456	44.150
<i>Ajustes por</i>		
Reversão de provisão para contingência		(509)
Depreciação	17.784	17.056
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	266	(632)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	289	1.882
	45.795	61.947
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e outros créditos	(6.034)	(11.799)
Estoques	122	(29)
Impostos a recuperar	7.828	(12.316)
Adiantamentos a terceiros	1.893	90
Despesas antecipadas	39	(105)
Depósitos judiciais	123	(128)
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.576)	3.077
Obrigações sociais e trabalhistas	1.982	1.397
Obrigações tributárias	14.898	1.176
Adiantamentos de clientes	(259)	1.222
Contingências	(509)	(1.592)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	63.302	42.940
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(35.907)	(78.563)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(35.907)	(78.563)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	123.115	159.189
Juros pagos	(825)	(688)
Pagamento de empréstimos	(138.538)	(115.580)
Distribuição de lucros	(10.937)	(18.244)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	(27.185)	24.677
(Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	210	(10.946)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	746	11.692
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	956	746
(Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	210	(10.946)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto Operacional

A Ghelere Transportes Ltda. é uma sociedade empresária limitada domiciliada no Brasil, com sede na Rodovia BR 369, KM 517 - Cataratas, Cascavel - PR, CEP 85.818-640, com 44 anos de atuação no mercado de transporte rodoviário de cargas.

A Empresa atua nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com bases operacionais em Cascavel/PR (Matriz), Maringá/PR, Ponta Grossa/PR, Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Marília/SP, Jundiá/SP, Betim/MG e Campo Grande/MS, além de domicílios fiscais em Porto Alegre/RS, Criciúma/SC, São José dos Pinhais/PR, São José dos Campos/SP, Goiânia/GO, Rio de Janeiro/RJ e Rio Branco/AC.

A atividade principal da Empresa consiste no transporte de carga dedicada/fechada para clientes de grande porte das indústrias de alimentos, com ênfase no segmento de bebidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa contava com frota própria de 396 caminhões e 425 implementos, totalizando 821 ativos, e quadro de aproximadamente 765 colaboradores.

A Empresa é detentora das certificações NBR ISO 9001 e ISO 39001, esta última com foco na segurança da malha viária, e detém o status de Operador Econômico Autorizado (OEA) desde 2022. Participa de programas sociais voltados ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias ("Na Mão Certa"), à segurança viária ("Laço Amarelo") e à valorização da mulher no transporte rodoviário ("Movimento a Voz Delas").

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentados na Nota Explicativa no 7.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 09 - Contas a receber de clientes (mensuração de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- Nota Explicativa nº 09 - Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre as contas a receber e outras contas a receber;
- Nota Explicativa nº 10 - Estoques (provisão para perdas em estoques);
- Nota Explicativa nº 11 - Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre os impostos a recuperar;
- Nota Explicativa nº 14 - Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis);
- Nota Explicativa nº 15 - Reconhecimento de ajuste ao valor ao valor presente sobre os fornecedores e outras contas a pagar;
- Nota Explicativa nº 19 - Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota Explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c. Contas a receber e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir prováveis perdas na sua realização.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é calculado pelo custo médio de produção. No caso dos estoques manufaturados e dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

e. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Empresa adotou o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - IFRS 16 Arrendamento Mercantil, que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços.

Caracterizado o arrendamento, o direito de uso é registrado no ativo, em contrapartida também são registrados os passivos oriundos da operação. A Administração da Empresa entende que, por não haver prazo determinado para o vencimento do aluguel, reconhece o arrendamento por um período de 5 anos, que anualmente é renovado, não havendo a necessidade de atualização dos valores registrados.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j. Receita operacional

Vendas de bens

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente, entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Empresa atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

mesma autoridade tributária sobre a Empresa tributável ou diferentes Empresas tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

m. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos a perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;

Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não há saldos desta categoria reconhecidos na Empresa.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual A Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

o. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Empresa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Empresa desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

p. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

7. Mudanças contábeis materiais

7.1. Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro 2025

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- a) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- d) **Alterações na IFRS 19:** subsidiárias sem Responsabilidade Pública Divulgações permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Empresa não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

- e) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

7.2. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças

- **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS):** contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS):** imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- **Imposto Seletivo (IS):** novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- **Manutenção Restrita do IPI:** o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 7 “Contas a receber” e nº 12 “Vida útil do ativo imobilizado”.

A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Entidade não possui IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, ágio de combinação de negócios, tampouco outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

Reforma tributária do consumo (LC 214/25)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

A imunidade relativa a patrimônio, receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades (COFINS) e IRPJ/CSLL sobre seu resultado (superávit), incluindo entidades beneficentes e templos de qualquer culto, foi mantida pela EC 132/2023 (OSCIPs ou Organização Social). Todavia, a imunidade não abrange, em regra, atividades econômicas/acessórias não vinculadas diretamente às finalidades essenciais, as quais podem se sujeitar a IBS e CBS sob a LC 214/2025. Consequentemente, as organizações sem fins lucrativos que não se enquadram na regra de exclusão ficam sujeitas à tributação em situações antes abrangidas por isenções, em alíquota correspondente a 10% (dez por cento) da alíquota do sistema padrão de tributação de cada tributo, a depender do tributo em questão.

Tal fato traz a necessidade de identificação e segregação das atividades essenciais (imunes) das atividades não essenciais (tributáveis). Nesse contexto, receitas provenientes de eventos pagos, venda de produtos, serviços cobrados ou outras atividades acessórias estarão sujeitas a IBS e CBS sob a LC 214/2025.

A Entidade cumpre com as obrigações acessórias para registro de suas receitas imunes e/ou tributadas.

Desta forma, a Entidade espera impactos nos seus resultados futuros em relação as atividades de natureza não essencial.

7.3. Novas normas ou alterações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais consolidadas.

b) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na Norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto em um ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais consolidadas da Empresa.

d) Alteração na Norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa, a saber:

- **Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- **Alterações na Norma IAS 1/CPC 26:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- **Alterações na Norma IAS 1/CPC 26:** esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- **Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Empresa não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	89	53
Aplicações financeiras	867	693
	956	746

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem risco baixo de crédito, são remunerados em condições e taxas normais de mercado que variam na média de 110% do CDI, e mensurados a valor justos e estão disponíveis para utilização das operações da Empresa, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam caixa e equivalentes de caixa dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

9. Contas a receber e outros créditos

	2025	2024
Clientes nacionais	41.034	46.827
Clientes internacionais	714	980
(-) Ajuste ao valor presente	(804)	(562)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(365)	(632)
	40.579	46.613

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

O saldo de contas a receber de clientes encerrou 2025 em R\$40 milhões, comparado a R\$46 milhões em 2024. A redução de R\$ 6 milhões (-12,9%) deve ser interpretada à luz de dois movimentos simultâneos e positivos:

Em primeiro lugar, a melhora expressiva do Prazo Médio de Recebimento (PMR), que recuou de 68 para 51 dias, demonstra que a Empresa está cobrando seus créditos com maior agilidade e eficiência, liberando capital de giro para outras finalidades operacionais.

Em segundo lugar, a qualidade da carteira melhorou: os recebíveis a vencer representaram 90% do total em 2025 (contra 82% em 2024), e os vencidos há mais de 120 dias recuaram de R\$1 milhão para R\$ 900 mil.

A exposição da Empresa a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

A composição do contas a receber por vencimento (*aging list*) é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	35.741	38.964
Vencidos até 30 dias	1.643	5.228
Vencidos de 31 a 60 dias	623	405
Vencidos de 61 a 90 dias	211	1.410
Vencidos de 91 a 120 dias	399	625
Vencidos acima de 120 dias	912	1.175
	<u>39.529</u>	<u>47.807</u>

A Administração analisa a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com análise individual dos clientes. A Administração acredita que os montantes residuais apresentados não sofreram perda por redução ao valor recuperável. A empresa não tem histórico de perdas de créditos dos seus clientes que representam mais de 95% do faturamento da empresa.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	(631)	(1.329)
Reversão	266	698
Saldo 31 de dezembro	<u>(365)</u>	<u>(631)</u>

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

A movimentação do ajuste a valor presente do contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	(562)	(290)
Constituição		
Realização	(242)	(272)
Saldo 31 de dezembro	(804)	(562)

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam contas a receber e outras contas a receber dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

10. Impostos a recuperar/compensar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ a recuperar	-	1.700
CSLL a recuperar	-	627
ICMS-CIAP a recuperar (i)	12.931	14.665
ICMS a recuperar	547	11
Imposto diferido - Nota 16	13.258	-
Outros impostos	6.321	8.226
	33.057	25.229
Circulante	11.324	17.542
Não circulante	21.733	7.687

- (i) Valor correspondente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de ativos imobilizados. A Administração realizou a compensação dos créditos na fração de 1/48 avos. Também, a administração promoveu a análise do ajuste ao valor presente dos impostos e reconheceu provisão de R\$1.565 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.430 em 31 de dezembro de 2024).

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

11. Direito de uso de arrendamento mercantil

	<u>Prazo de vigência dos contratos</u>	<u>Custos</u>	<u>Amortiz.</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imóveis	5 anos	7.601	4.580	3.021	3.529
				<u>3.021</u>	<u>3.529</u>
Arrendamentos a pagar					
Circulante				519	492
Não circulante				2.503	3.037
				<u>3.021</u>	<u>3.529</u>

12. Imobilizado

Composição dos saldos

	<u>Taxa de Deprec.</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2025 Líquido</u>	<u>2024 Líquido</u>
Terrenos	-	1.648	-	1.648	1.648
Veículos pesados - caminhões	12,5% a.a.	224.462	(44.958)	179.504	173.932
Veículos pesados - reboques	12,5% a.a.	65.377	(18.250)	47.127	46.272
Veículos leves	15% a.a.	878	(208)	670	1.874
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	1.541	(260)	1.281	844
Móveis e utensílios	10% a.a.	1.547	(296)	1.251	1.256
Equipamentos de Informática	15% a.a.	1.243	(387)	856	797
Equipamentos de rastreamento	10% a.a.	3.160	(875)	2.285	2.483
Outros imobilizados	10% a.a.	93	(25)	68	73
Consórcios	-	3.640	-	3.640	1.508
		<u>303.589</u>	<u>(65.259)</u>	<u>238.330</u>	<u>230.687</u>

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	2024 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	2025 Líquido
Terrenos	1.648	-	-	-	1.648
Veículos pesados - caminhões	173.932	28.062	(8.946)	(13.544)	179.504
Veículos pesados - reboques	46.272	6.630	(1.795)	(3.979)	47.128
Veículos leves	1.874	150	(1.545)	192	671
Máquinas e equipamentos	844	508	-	(71)	1.281
Móveis e utensílios	1.256	83	-	(88)	1.251
Equipamentos de Informática	797	170	(11)	(100)	856
Equipamentos de rastreamento	2.483	-	(7)	(189)	2.287
Outros imobilizados	73	-	-	(5)	68
Consórcios	1.508	3.851	(1.718)	-	3.641
	230.687	39.454	(14.022)	(17.784)	238.335
	2023 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	2024 Líquido
Terrenos	1.647	-	-	-	1.648
Veículos pesados - caminhões	119.640	74.535	(11.675)	(8.568)	173.932
Veículos pesados - reboques	39.380	11.710	(1.988)	(2.830)	46.272
Veículos leves	1.977	181	(191)	(93)	1.874
Máquinas e equipamentos	386	524	(17)	(47)	844
Móveis e utensílios	842	491	-	(77)	1.256
Equipamentos de Informática	499	380	-	(82)	797
Equipamentos de rastreamento	2.187	498	(25)	(177)	2.483
Outros imobilizados	78	-	-	(5)	73
Consórcios	2.543	128	(1.163)	-	1.508
	169.179	88.447	(15.059)	(11.880)	230.687

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, na data do balanço havia ativos imobilizados dados em garantia no montante de R\$ 125 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 130,8 milhões em 31 de dezembro de 2024) relacionado aos empréstimos e financiamentos dos próprios veículos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bens e serviços	10.916	12.639
Outras obrigações	56	259
(-) Ajuste ao valor presente	<u>(116)</u>	<u>(226)</u>
	<u>10.856</u>	<u>12.672</u>

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Abaixo é demonstrado o aging list de vencimento de contas a pagar de fornecedores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	7.191	11.347
Vencido até 30 dias	1.420	803
Vencido acima de 30 dias	<u>1.391</u>	<u>715</u>
	<u>10.002</u>	<u>12.865</u>

Abaixo, é demonstrado a movimentação do ajuste a valor presente do contas a pagar:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	(226)	(141)
Constituição	<u>110</u>	<u>(85)</u>
Saldo 31 de dezembro	<u>(116)</u>	<u>(226)</u>

O ajuste a valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa, em 31 de dezembro de 2025, correspondia em média a 0,0417% a.d.

A Empresa não possui convênio com as instituições financeiras para operação de risco sacado junto a seus fornecedores.

Durante o exercício de 2025 e 2024 não houve operações, e portanto, a Empresa não recebeu comissionamento nesta modalidade de convênio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

14. Empréstimos e financiamentos

Custo do Capital e Benefício Tributário

A Empresa gerencia seu endividamento com rigor, buscando diversificação de fontes e otimização do custo do capital. O portfólio de financiamentos é composto majoritariamente por linhas atreladas ao CDI (CDI + 1,99% a 2,37% a.a.) para financiamento de veículos via FINAME/BNDES, e capital de giro à taxa de 1,45% a.m.

A taxa ponderada efetiva do endividamento corresponde a 16,04% ao ano. Considerando o benefício tributário decorrente da dedutibilidade das despesas financeiras na base de cálculo do IRPJ e CSLL, o custo líquido do endividamento cai para aproximadamente 10,58% ao ano – nível compatível com o retorno sobre os ativos operacionais da Empresa e com a viabilidade econômica dos investimentos realizados.

A Empresa cumpre integralmente todas as cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas em seus contratos de financiamento. O principal covenant, que exige Patrimônio Líquido / Ativo Total $\geq 20\%$, atingiu 52,14% em 31 de dezembro de 2025 — mais de 2,6 vezes o mínimo exigido —, demonstrando ampla folga e sólida posição patrimonial.

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados a seguir:

	Taxa de Juros	Garantias	2025	2024
Em moeda nacional				
Capital de giro	1,25% a. m	Imóveis e Aval	3.358	2.158
Financiamentos	CDI + 1,99% a CDI 2,37 a.a.	Veículos	96.598	118.579
Notas Comerciais	CDI + 2,20% A. A	Imóveis e Aval Veículos	5.000	-
Consórcios contemplados	11,00% a 13,00%		341	808
			105.297	121.545
Circulante			57.920	53.307
Não circulante			47.377	68.238

Compromissos (covenants)

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possuía operações de crédito sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants), apuradas anualmente com base nas Demonstrações Financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(i) Linha FINAME – BNDES

Operação de crédito direto captada à conta dos recursos ordinários do BNDES, no valor original de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

(ii) Notas Comerciais Escriturais – 1ª Emissão - Itaú

Emissão de Notas Comerciais Escriturais no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com vencimento em outubro de 2030 e remuneração equivalente a CDI + 2,20% a.a., garantidas por aval solidário dos sócios controladores.

O covenant financeiro aplicável a ambas as operações exige a manutenção do índice Patrimônio Líquido/Ativo Total igual ou superior a 20%. O descumprimento dessa cláusula pode ensejar o vencimento antecipado das obrigações pelo credor. Adicionalmente, as Notas Comerciais impõem obrigações de natureza não financeira, incluindo manutenção de registros contábeis atualizados, cumprimento da legislação socioambiental e anticorrupção e comunicação imediata de fatos relevantes aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa cumpria integralmente todas as cláusulas restritivas contratuais, conforme demonstrado a seguir:

Covenants	Limite mínimo exigido	31/12/2024	31/12/2025
Patrimônio Líquido/Ativo total	≥ 20,00%	47,96%	52,14%

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, na data do balanço havia ativos imobilizados dados em garantia no montante de R\$ 125 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 130,8 milhões em 31 de dezembro de 2024) relacionado aos empréstimos e financiamentos dos próprios veículos.

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Salários e ordenados a pagar	2.836	1.894
INSS e FGTS a recolher	2.127	1.612
Provisão para férias e encargos	4.186	3.730
Outras obrigações sociais e trabalhistas	110	39
	9.259	7.276

16. Obrigações fiscais e tributárias

	2025	2024
Pis a recolher	122	55
Cofins a recolher	563	258
ICMS a recolher	128	500
IPI a recolher	3	2
ISSQN a recolher	14	20
IRPJ e CSLL Diferido	15.525	-
Outras obrigações	3.190	3.480
Parcelamentos (i)	2.174	2.507
	21.719	6.822
Circulante	5.103	4.639
Não circulante	16.616	2.183

Reconciliação alíquota efetiva imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Lucro contábil antes do IR e CS	27.456	44.151
(+) Adições temporárias	15.587	2.877
(+) Adições permanentes	22.790	17.896
(-) Exclusões temporárias	(21.609)	(8.526)
(-) Exclusões permanentes	(58.588)	(70.065)
Lucro fiscal antes das compensações de prejuízos	(14.364)	(13.667)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Lucro fiscal	(14.364)	(13.667)
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%
Subtotal imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de Renda e Contribuição social - sobre o lucro diferido	-	-
Imposto de Renda e Contribuição social - sobre o lucro corrente	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Taxa efetiva	0%	0%
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social - diferido		
	Base de cálculo	Valor
<i>Ativo</i>		
Ajuste a valor presente	804	273
Perdas estimadas para redução valor recuperável	365	124
Ajuste a valor presente ICMS CIAP a recuperar	1.565	532
Variação societária - Depreciação	36.261	12.329
	<u>38.995</u>	<u>13.258</u>
<i>Passivo</i>		
Ajuste a valor presente	(116)	(39)
AVP sobre empréstimos e financiamentos	(4.093)	(1.392)
AVP arrendamentos a pagar	(358)	(122)
Prejuízo fiscal	(41.096)	(13.973)
	<u>(45.663)</u>	<u>(15.525)</u>

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 34.000 constituído por 34.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Em Reais	Em Quotas	Em %
EAGH ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.820	7.820	23%
JDGH ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.780	5.780	17%
VAGHE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI	10.200	10.200	30%
MLD HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA	10.200	10.200	30%
	<u>34.000</u>	<u>34.000</u>	<u>100%</u>

b. Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída em conformidade com o artigo 195 da Lei no 6.404/76, decorrente de benefícios fiscais concedidos pelos Estados onde atua, caracterizados como Subvenção para Investimento, fundamentado na Lei Complementar no 160/2017.

Em 2021, a Empresa obteve benefícios fiscais referentes ao ICMS, os quais

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

são classificados como subvenções para investimentos, conforme previsto na Lei.

Evento subsequente - Medida Provisória (MP) 1185/23

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pela Empresa, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos das empresas. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei no 6404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados. É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

c. Distribuição de lucros e Constituição do AFAC

A administração da Empresa assegura a distribuição de lucros aos sócios, conforme saldo remanescente de lucros acumulados. Não havendo percentuais mínimos e máximos pré-estabelecidos.

A Ghelere Transportes, no exercício de 2025, realizou uma importante operação de reorganização patrimonial relacionada à destinação de lucros acumulados, com vistas à otimização do benefício tributário decorrente da Lei nº 15.270/2025.

Contexto e Natureza da Operação

No âmbito do planejamento societário e tributário conduzido pela Administração, foi deliberada a destinação de R\$ 112,3 milhões de lucros acumulados para constituição de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Essa operação, registrada no Patrimônio Líquido em rubrica específica, tem como propósito preparar a estrutura societária para

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

o futuro aumento de capital da Empresa, alinhado ao processo de transformação em Sociedade Anônima.

Para a adequada interpretação dessa operação, a Administração esclarece os seguintes aspectos essenciais:

i) Não houve retirada integral de caixa correspondente ao valor contabilizado. O registro contábil do AFAC reflete a destinação formal dos lucros acumulados, sem que tenha ocorrido saída efetiva de recursos equivalentes ao montante total registrado. O impacto no caixa da Empresa foi parcial e compatível com a geração operacional do exercício.

ii) Não houve constituição de obrigação efetivamente exigível pelos sócios. O AFAC não representa uma dívida da Empresa perante seus quotistas, mas sim um compromisso de futura capitalização. Sua natureza jurídica e contábil é de componente do Patrimônio Líquido, e não de passivo exigível.

iii) A intenção societária foi, desde o início, de reorganização patrimonial e planejamento tributário, especialmente diante das oportunidades abertas pela Lei nº 15.270/2025. A operação foi estruturada de forma a otimizar os benefícios tributários disponíveis, reduzindo a carga fiscal sobre a distribuição de lucros futura.

iv) O AFAC foi constituído nos termos da legislação societária vigente, como instrumento preparatório para o futuro aumento de capital, no contexto da transformação da Empresa em Sociedade Anônima – processo já em curso e previsto para ser concluído no segundo semestre de 2025.

Essa operação demonstra a sofisticação crescente da governança corporativa da Ghelere Transportes e sua postura proativa no planejamento tributário e societário. Ao antecipar as discussões relacionadas à Lei nº 15.270/2025 e estruturar o AFAC de forma tecnicamente fundamentada, a Empresa posiciona-se vantajosamente para o processo de abertura de capital planejado.

Movimentação do Patrimônio Líquido em 2025

O Patrimônio Líquido totalizou R\$166 milhões em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2024 – crescimento de 11,5%. A composição reflete o capital social de R\$ 34 milhões (estável), a Reserva de Lucros de R\$19,8 milhões e o AFAC de R\$ 112,3 milhões.

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro Líquido do exercício	27.456	44.151
Base para distribuição de lucros propostos	27.456	44.151
Lucros destinados	(10.939)	(13.037)
Saldo inicial	-	-
Lucros destinados	10.939	(13.037)
Lucros pagos	10.439	13.037
	500	-

18. Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prestação de serviço de transporte	304.806	273.288
Prestação de serviço de transporte internacional	6.656	21.300
Vendas de mercadoria	1.760	3.572
	313.322	298.160

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta fiscal	313.322	298.160
(-) Impostos sobre vendas	(56.393)	(51.053)
(-) Anulações de serviços de transportes	(1.288)	(858)
	255.641	246.219

19. Custo dos serviços prestados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mão-de-obra direta	(55.767)	(38.775)
Mão-de-obra indireta	(40.432)	(53.724)
Materiais aplicados na prestação de serviços	(85.840)	(81.419)
Demais custos do transporte	(30.575)	(25.935)
Custos com transporte internacional	(2.176)	(9.819)
Custos com venda de mercadoria	(844)	(1.565)
Demais custos	(779)	(955)
Impostos recuperáveis	30.051	31.391
	(186.362)	(180.801)

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com pessoal	(18.689)	(12.807)
Aluguéis e arrendamentos	(2.161)	(5.133)
Viagens	(759)	(548)
Propaganda e publicidade	(325)	(139)
Energia, água e telefone	(375)	(385)
Demais despesas	(7.736)	(8.805)
Despesas indedutíveis	(920)	(1.589)
Impostos, taxas e contribuições	(3.987)	(2.980)
	<u>(34.952)</u>	<u>(32.386)</u>

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Amortização de deságio	207	164
ICMS recuperado	2.447	-
Reembolso de seguros	186	-
Reembolso de sinistros	494	844
Pis recuperado	175	2.269
COFINS recuperado	848	9.664
Reembolso de pedágios	6.551	5.137
Despesas Recuperadas	126	433
Outras receitas não operacionais	5.499	6.803
Receita com venda de veículos	10.543	12.087
Custo com venda de imobilizado	(7.944)	(8.705)
Outras Receitas ou Despesas Operacionais	(682)	(1.187)
Pedágio	-	(4.678)
Perdas com ativos	-	(21)
	<u>18.450</u>	<u>22.810</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

22. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Descontos financeiros obtidos	159	58
Juros ativos	54	230
Rendimentos de aplicações financeira	231	629
Variação monetária ativa	971	1.549
Variação cambial ativa	68	470
Receitas financeiras	1.485	2.936
	2025	2024
Tarifas bancárias	(58)	(55)
Descontos concedidos	(5)	(225)
Juros bancários	(1.211)	(185)
Outras despesas financeiras	(96)	(288)
Juros empréstimos e financiamentos	(16.920)	(12.356)
Juros parcelamentos	(263)	(222)
Variação cambial passiva	(232)	(98)
Despesas financeiras	(18.776)	(13.429)
	(17.290)	(10.493)

23. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	2025			2024		
	Ativos financeiros a VJR	Custo amortizado	Total	Ativos financeiros a VJR	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	956	956	-	746	746
Contas a receber de clientes e outros créditos	-	41.747	41.747	-	46.613	46.613
Adiantamentos a fornecedores	-	2.396	2.396	-	1.361	1.361
Total	-	45.099	45.099	-	48.720	48.720
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(10.919)	(10.919)	-	(12.672)	(12.672)
Empréstimos e financiamentos/Consórcios	-	(109.738)	(109.738)	-	(121.545)	(121.545)
Arrendamentos a pagar	-	(2.664)	(2.664)	-	(3.171)	(3.171)
Adiantamentos de clientes	-	(2.586)	(2.586)	-	(2.843)	(2.843)
Total	-	(125.907)	(125.907)	-	(140.231)	(140.231)

b) Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025.

c) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Contas a receber e outros créditos

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos Diretores de Crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor. Todos os critérios e mecânica para definição de limites estão dispostos na Política de Crédito aprovada em sua última versão em junho de 2025. Todos os clientes são monitorados via SERASA e outras ferramentas de rating de crédito e, em caso de restrições, o limite de crédito é suspenso até regularização.

Caixa e equivalentes de caixa

A Entidade tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	956	746
Contas a receber de clientes e outros créditos	40.579	46.613
Adiantamentos a fornecedores	<u>2.396</u>	<u>1.361</u>
	<u>43.930</u>	<u>48.720</u>

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

as taxas de juros têm nos resultados da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa eram:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	956	746
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	<u>(109.397)</u>	<u>(119.758)</u>
	(108.441)	(120.504)

Análise de sensibilidade taxa de juros

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2025 para os empréstimos significativos identificados como riscos de mercado: taxas cambiais e pós-fixados acima de uma taxa de equilíbrio para sustentabilidade do custo do WACC da empresa.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Empresa.

Como cenários prováveis foram adotados, as cotações e valores já estão reconhecidos contabilmente. Para os cenários “possíveis” e “remotos”, utilizamos uma variação entre 25% e 50% no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Ghelere Transportes Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.

24. Evento Subsequente

Incorporação da Brilhante Transportes

Em janeiro de 2026, posteriormente à data de encerramento do exercício social, a Ghelere Transportes Ltda. negociou e efetivou a incorporação da Brilhante Transportes, empresa especializada no transporte de cargas frigorificadas, com matriz em Foz do Iguaçu/PR e 20 anos de atuação no mercado. A formalização da operação está prevista para 1º de abril de 2026.

A Brilhante Transportes encerrou o exercício de 2024 com faturamento de R\$ 121 milhões e o exercício de 2025 com faturamento aproximado de R\$ 130 milhões, atuando com grandes embarcadores globais e nacionais.

A operação combinada projeta faturamento superior a R\$ 500 milhões no primeiro exercício consolidado, com frota superior a 600 veículos distribuídos em mais de dez filiais no Brasil. A incorporação diversifica a matriz de receitas da Empresa, reduz a dependência do segmento de bebidas e amplia a presença nos segmentos de proteínas e alimentos.

O processo de integração será conduzido de forma gradual, com foco em padronização de processos, aplicação de tecnologias embarcadas, fortalecimento das práticas de segurança e sustentabilidade e desenvolvimento das equipes.

Reorganização Societária

Em decorrência da incorporação, a Empresa passará por reorganização societária em abril de 2026, com a entrada da holding B.J. Sartori Participações Societárias Ltda. com participação de 15% no capital social, mediante redução proporcional das participações das demais sócias, conforme demonstrado a seguir:

Sócia	Participação Atual	Participação Pós-Incorporação
EAGH Administração de Bens e Participações Societárias Ltda.	23,00%	19,55%
JDGH Administração de Bens e Participações Societárias Ltda.	17,00%	14,45%
VAGHE Participações Societárias Ltda.	30,00%	25,50%
MLD Holding de Participações Ltda.	30,00%	25,50%
B.J. Sartori Participações Societárias Ltda.	—	15,00%
Total	100,00%	100,00%

A Administração avalia que os referidos eventos subsequentes são de natureza não ajustável, tendo em vista que as condições que os originaram surgiram após a data de encerramento do balanço, em conformidade com o CPC 24 - Eventos Subsequentes.